

*Artigo

GENERALIZAMOS DE MAIS – PARTE I

Como a maioria dos brasileiros não acompanha por esse passo os rumos da política nacional, estadual e municipal, a mesma maioria opta sempre pela generalização das críticas, das ofensas (muitas vezes gratuita), dos ataques, das acusações, da “síndrome” da culpabilidade sobre alguém (que nem sempre tem nome), das ironias, sarcasmos e uma série de derivados oriundos da mesma vertente.

Isso se percebe quando ouvimos e encontramos expressões como:

“A política não presta” (Toda a política é ruim? Qual a parte da política que não presta?); “Esses Deputados roubam demais” (Todos roubam? Quem roubou mesmo?); “Os Senadores não fazem nada” (Quais? O que faz mesmo um Senador? Já pesquisou e se informou a respeito?); “Os Vereadores não trabalham” “Os Vereadores são contra o povo” (Quem? Sabe os nomes? Acompanha desde o começo do mandato para saber o que fez e o que não fez? Será mesmo que não acontece nada? Quem é o povo? Você foi escolhido para em nome do povo dizer que alguém é contra o povo? Delegaram-te a missão de dizer que há alguém ou um grupo que é “contra o povo” ?)

As generalizações tendem a camuflar as pessoas, generalizações isentam pessoas de suas responsabilidades, generalizações muitas vezes “ignorantizam” as pessoas. É mais fácil generalizar do que particularizar. Não se particulariza porque nem sempre sabe o nome ou quem deveria receber os desafetos apresentados. Não se particulariza porque nem sempre se tem provas do que se está dizendo. Não se particulariza porque não se tem conhecimento de todo o processo. Não se particulariza porque não quer se comprometer. Não se particulariza porque é sempre mais fácil “jogar” no vento e quem quiser que entenda. Não se particulariza porque as “desculpas” e justificativas na maioria das vezes são sempre as mesmas: “não tenho tempo” “estão lá pra isso mesmo” “político é tudo igual, não muda nada mesmo” “quem ganha são só eles, e o “povo” continua sofrendo” e outras tantas que são conhecidas da maioria dos que me leem.

Outra observação é que é sempre mais fácil citar o que está distante do que aquele que está perto. Porém é mais fácil e rápido “cobrar” (nem sempre na medida justa) o que está mais próximo. Por exemplo, não é difícil encontrarmos uma infinidade de postagens citando o nome da atual Presidente da República, pois ela dificilmente virá tirar satisfações pessoalmente com quem a critica e tampouco responderá todas as publicações das redes sociais. Da mesma forma não acontece com representantes mais próximos da população, onde o contato é mais frequente. Geralmente críticas e similares são generalizadas, pois o dissabor em criticar alguém pelo nome, estando próximo de nós pode ser bem maior do que alguém que está longe. Na mesma linha de reflexão entram o Governo do Estado e do Município.

Situação semelhante acontece no campo da educação, onde pais, mães ou responsáveis totalmente alheios à formação de seus filhos e filhas em idade escolar, petrificam expressões como: “esses professores só querem saber de greve” “os professores ganham bem” “esses professores não dão aula” “os professores não sabem de nada” “a educação aqui é a pior de todas” “nada funciona na educação” “tem professor que não faz nada” e uma série de expressões generalistas que funcionam como desengano de consciência e de uma tentativa de eximir de qualquer responsabilidade no acompanhamento da educação oferecida aos seus filhos, como por exemplo, reuniões de pais, mães ou responsáveis, que geralmente aparecem sempre os mesmos. Os que não vão, preferem usar as expressões acima. E assim há centenas de outros exemplos onde as generalizações apenas constata o não compromisso frente a uma realidade que precisa urgente da atitude de cada um.

$$[\dots]$$

Prof. Sebastian Ramos
Historiador, especialista em Gestão Escolar.
Sonhador das Causas Humanas.

*Curtas

Errata

Na edição de ontem do DS publicamos matéria afirmando que o ex-prefeito Saturnino Masson havia sido condenado por improbidade administrativa a devolver recursos aos cofres do Município, quando na verdade, o que houve foi uma decisão liminar bloqueando, indisponibilizando os bens dele e de mais dois envolvidos até o valor de R\$ 807 mil, como garantia até que haja uma decisão quanto ao processo movido pelo MP.

Guaxe

Um representante jurídico da empresa anunciou esta manhã que não pretendia manifestar-se sobre o assunto, mas ponderou sobre os erros nas informações que prestamos na edição de ontem, solicitando que fizéssemos esta retificação a fim de esclarecer a opinião pública quanto a realidade dos fatos. Também informou que o processo corre em segredo de justiça, mas os autos abertos para qualquer cidadão conferir.

Processo

Embora exista o processo do Ministério Público contra o ex-prefeito Saturnino Masson, o ex-secretário Ronaldo Diniz e Construtora Guaxe, ainda não houve decisão judicial quanto ao mérito e mesmo da decisão de bloqueio dos bens dos envolvidos no processo, ainda cabe recurso. Durante o final de semana tentamos ouvir as partes envolvidas mas não obtivemos êxito.

Saturnino

Sobre o assunto, tentamos mais uma vez contato com Saturnino, porém sem êxito. Em sua página no facebook, Masson trata o tema como ‘ataques políticos’, devido a proporção que o assunto tomou antes mesmo da publicação no DS. “(...) mas todos me conhecem e sabem que eu sou uma pessoa íntegra e honesta, nada adquiri com trabalho ilícito”. A publicação é do dia 13 de setembro e a matéria foi veiculada dia 15.

Ronaldo

Esta manhã conversamos com o ex-secretário Ronaldo Diniz e embora não tenha se manifestado oficialmente, afirmou que o caso já havia sido apontado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e depois das justificativas este entendeu que não havia nada errado, encerrando o processo. Mas que o MP valeu-se da fase inicial do processo do TCE para fazer a petição na Justiça.

Representatividade

As professoras da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Camyla Piran Stiegler Leitner e Adelice Minetto Sznitowski, vinculadas ao curso de Administração do Campus de Tangará da Serra, participaram entre os dias 03 e 05 de setembro, da 49ª Assembleia Anual do Conselho Latino-Americano de Escolas de Administração (Cladea), sediado pela Esade Business School, em Barcelona, na Espanha.

TCE

O TCE julga contas na esfera administrativa e suas decisões não impedem ações judiciais, bem como podem ser alteradas por uma câmara de vereadores por exemplo. Recentemente tivemos em Tangará a re-provação das contas do próprio Saturnino pelo TCE e a Câmara entendeu que não havia irregularidades nas contas e votou pela aprovação das mesmas. Fato amplamente divulgado pela imprensa, inclusive pelo DS.

Congresso

Pesquisadores de 28 países participaram do evento que se desenvolveu em torno da temática 'Liderando em um mundo global: América Latina e Europa, novas conexões'. As professoras participaram da sessão de debates, apresentando o artigo 'Estratégia de operações: Uma abordagem teórica em relação à aplicabilidade do construto para empreendimentos rurais produtores de grãos'.

*Bastidores da Política

Contas

Foram julgadas regulares com determinações legais e recomendações as contas anuais de governo da Câmara de Tangará da Serra. O relator do processo, conselheiro substituto Luiz Henrique Lima, fundamentou seu voto na sessão do Pleno do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) realizada no último dia 9

Campanha

Apesar de o registro da candidata ainda não ter sido julgado pelo TRE, Janete já está autorizada a fazer campanha. Um ato político na noite desta segunda-feira marcou o início da campanha da candidata a governadora, oportunidade em que diversos líderes políticos da Capital e do interior estiveram presentes e manifestaram apoio.

Impropietades

Dentre as impropriedades constatadas pela Secretaria de Controle Externo (Secex), figuram o pagamento de despesas sem a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista do credor e a ausência de registros que demonstrem o acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos.

Acusações

Os candidatos a governador Muvuca (PHS) e Pedro Taques (PDT) trocaram acusações durante debate realizado pela Rádio Mix, nesta segunda-feira. Muvuca questionou o adversário se havia proposta para amenizar o calor em Cuiabá. “O senhor tem proposta para tudo e o que não tem, surrupia. Tem proposta para amenizar o calor de Cuiabá?”.

Mais

Ainda, segundo o TCE, houve falha correspondente à divergência entre as informações enviadas ao TCE-MT por meio físico ou eletrônico e as constatadas pela equipe técnica. Por estas falhas, o gestor das referidas contas no exercício financeiro de 2013, Luiz Henrique Barbosa Matias, foi multado em 22UPF.

Laranja

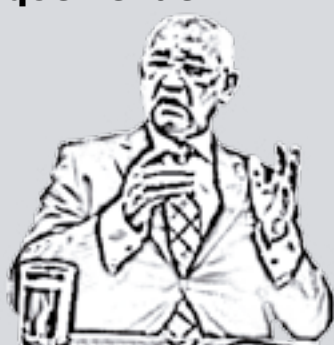
Taques rebateu que não teria propostas sobre o tema, que considerou “mirabolante”, e justificou ainda que não teria porque não é candidato “laranja”. Muvuca, por sua vez, afirmou que tem como proposta para amenizar o calor da Capital climatizar os ônibus e também plantar árvores nos espaços públicos.

Janete Riva

A coordenação jurídica da coligação "Viva Mato Grosso" protocolou ontem os documentos necessários para registrar a candidatura de Janete Riva (PSD) a governadora. Ela substitui o marido José Riva (PSD) na disputa, que renunciou após ter o registro negado pelo TSE. A candidatura de Janete já havia sido inserida no Sistema Candex no fim de semana.

Alfinetada

Muvuca também aproveitou para “alfinetar” o senador: “Eu não sou laranja, como o senhor... Não sou laranja do Eraí Maggi e nem do Otaviano Pivetta [coordenador geral de Taques na campanha]. Além de ser laranja, recebe dinheiro de outros laranjas do Eraí, que deposita em outras contas para fazer parecer que são vários doadores”, disse.



“O candidato só compra voto porque tem eleitor que vende”

A menos de um mês para as eleições proporcionais e majoritárias, uma das preocupações da Justiça Eleitoral de Mato Grosso é com um dos principais males do processo: a compra de voto. Em entrevista ao MidiaNews, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato (TRE-MT), desembargador Juvenal Pereira da Silva, demonstrou uma certa preocupação com esse expediente negativo, que, em que pese a intensificação do processo de fiscalização, segundo ele, costuma marca os pleitos. “O candidato só compra porque tem quem vende votos”, afirmou o magistrado, que ressaltou que a Justiça não tem medido esforços para punir toda a sorte de crime eleitoral. Juvenal Ribeiro também garantiu que o candidato ou cabo eleitoral que for flagrado comprando voto será preso em flagrante. Outro assunto destacado na entrevista é a Lei da Ficha Limpa, assim como a e preparativos para a rápida contagem dos votos, que deve ter